

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Costano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montez
Oliveiros S. Ferreira

A mão-de-gato da Comissão de Redação

Como sempre, tudo foi feito "em nome da transparência e da democracia". Mas transparência e inspiração democrática é o que menos há nesta Constituinte, a começar pelos métodos utilizados por grupos minoritários da esquerda tupiniquim para, tomando de assalto comissões decisivas da Constituinte, "recuperar na assembléia o que perdemos nas urnas", como salientou, com a tranqüilidade de quem sabe estar no país da impunidade, o deputado comunista Roberto Freire, violentando assim a vontade popular e o princípio básico da democracia que é o da representação. Foi o que aconteceu com o "golpe da Sistematização", comandado pelo sr. Mário Covas. É o que volta a acontecer agora, na Comissão de Redação.

Sob pretexto de promover uma revisão gramatical do texto constitucional aprovado pelo plenário da Constituinte, uma Comissão de Redação, cujos membros foram escolhidos a dedo pelo sr. Ulysses Guimarães, está introduzindo, sob o olhar complacente do multipresidente peemedebista, alterações sutis, mas importantes no texto aprovado no voto durante 19 meses pelos constituintes eleitos, mediante a colocação ou supressão de vírgulas, a substituição de certas palavras por outras tidas como sinônimos e a reclassificação dos incisos e parágrafos para alterar ou até subverter o sentido original da redação de normas já aprovadas.

Embora o deputado Ulysses Guimarães tenha tido o cuidado de convidar, para assessorá-lo, um dos mais renomados filólogos brasileiros, o professor carioca Celso Cunha, o fato é que as correções gramaticais e estilísticas por ele propostas estão alterando, em 15 pontos fundamentais, o que foi decidido pelo plenário. E, aproveitando as alterações que estão sendo feitas pelo filólogo de confiança do presidente da Constituinte, os demais integrantes da Comissão de Redação também estão agindo com **mão-de-gato**, ou seja, utilizando essas mesmas "correções gramaticais" e estilísticas como uma espécie de cortina-de-fumaça para introduzir proibições, autorizações e concessões, reformulando dessa maneira capciosa o projeto constitucional. A confusão armada a pretexto de melhorar a qualidade do texto desse projeto é tão grande que o próprio senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS e co-presidente da Comissão de Redação, denunciou, neste último fim de semana, os "equivocos" que estão sendo cometidos.

"Rui Barbosa já alertava sobre os perigos de a revisão do texto constitucional ser feita por filólogos, pois há sempre o risco de pouco conhecimento dos códigos" — disse ele em entrevista a **O Estado de S. Paulo**. Uma das alterações mais equivocadas, segundo o senador paraense, foi a substituição da expressão "polícia ostensiva" por "policimento ostensivo" nas atribuições da polícia militar. Na sua opinião, são duas coisas totalmente distintas. "Quando se fala em polícia, fala-se na instituição; quando se fala em policimento, fala-se num ato" — afirmou Passarinho. Para evitar esse tipo de erro, concluiu, "é preciso conhecer bem o jargão da polícia e do direito".

O grande problema é que, por trás desse tipo de equivoco, determinado acima de tudo pelo excesso de zelo profissional do filólogo carioca convidado pelo deputado Ulysses Guimarães, está a **mão-de-gato** dos demais integrantes da Comissão de Redação. Esses conhecem muito bem o jargão e os clichês do direito, motivo pelo qual nenhuma de suas alterações parece inocente. No caso do dispositivo que impõe o limite máximo de 12% de juros reais por ano, a título de exemplo, era óbvio que os constituintes tinham imaginado que essa norma somente poderia ser aplicada desde que fosse regulada por uma lei complementar ou ordinária. Do modo como a Comissão de Redação reclassificou esse dispositivo, porém, mudando-o de inciso para parágrafo, ele terá aplicabilidade imediata, o que, seguramente, irá gerar uma enorme confusão no sistema financeiro privado e mesmo na política de crédito e dívida pública interna formulada, implementada e executada pelo Banco Central.

É por causa de expedientes vergonhosos e antidemocráticos como esse que esta Constituinte já está sendo chamada de "o nosso Vietnã". Nessa guerra, como é sabido, as forças mais fracas derrotaram fragorosamente as forças mais poderosas, aproveitando-se de métodos não convencionais e do conhecimento preciso do campo de batalha para compensar suas deficiências em termos de equipamentos sofisticados, número de homens (ou de votos) e poder de fogo. Em nossa "guerra constitucional" o mesmo vem acontecendo desde que os grupos da **esquerda decrépita**, amplamente desprezados pelo eleitorado no pleito de novembro de 1986, aproveitaram-se das indecisões naturais dos primeiros dias de funcionamento da Assembléia e tomaram conta da Comissão de Sistematização, atribuindo-lhe poderes praticamente imperiais de determinar ao plenário o que deveria ser votado e como deveria ser votado.

Quando a maioria descobriu que vinha sendo dominada pela minoria parlamentar, a reação foi imediata: graças ao Centrão é que o regimento interno foi reformulado com a finalidade de restabelecer a vontade política determinada pelo resultado das urnas. E, para compensar o peso e a influência da Comissão de Sistematização, os parlamentares liberais e moderados que formavam o Centrão conseguiram aprovar a Comissão de Redação, criada especificamente para evitar que os relatores de confiança da minoria esquerdista fizessem modificações de mérito no texto final aprovado pelo plenário. No entanto, aproveitando-se com habilidade das divergências internas do próprio Centrão e explorando ao máximo as ambições do deputado Ulysses Guimarães, que fez da Constituinte o trampolim com que pretende chegar ao Palácio do Planalto com a aura de progressista, a minoria esquerdista mais uma vez agiu no melhor estilo da guerrilha, infiltrando-se na Comissão de Redação e assumindo efetivamente seu controle.

É por esse motivo que a próxima sessão plenária da Assembléia, originariamente concebida como um

ato solene destinado a encerrar formalmente o processo de revisão de nossas instituições de direito público e a preparar a promulgação da próxima Carta, será uma nova batalha a exigir bastante atenção dos setores responsáveis da nação, uma vez que o que for decidido não poderá mais ser alterado em hipótese alguma. Como os constituintes já apresentaram mais de setecentas emendas à Comissão de Redação e como o filólogo Celso Cunha alterou 15 pontos fundamentais do projeto aprovado em segundo turno pelo plenário, a maioria parlamentar terá a responsabilidade de evitar que a próxima Carta Magna, por si já um texto ruim e contraditório, fique ainda pior após o término da última sessão da Assembléia Constituinte.